



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

## Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 033/2024**

Andirá, 13 de dezembro de 2024.

**Ref.:** Processo nº 27/2023, no qual o contribuinte, sr. advogado procurador Daniel Henrique Mota da Costa, CPF nº \*\*\*.284.\*\*\*-69, no interesse de Edna Tereza Fidelix CPF nº \*\*\*.393.\*\*\*-20, requer a “*Prescrição dos débitos tributários de IPTU referentes aos exercícios de “1995 a 2004”*”.

A contribuinte supracitada requereu o instituto da prescrição tributária<sup>1</sup>, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN<sup>2</sup>.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa<sup>3</sup>.

Quanto objeto desta análise foi identificado que no cadastro da contribuinte em referência, constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos a IPTU's - Imposto Territorial e Predial Urbano, dos anos de 1995 a 2004, conforme relatório de Débitos x Contribuinte que consta anexo e exposto

---

<sup>1</sup> Art. 156. Extinguem o crédito tributário:  
V - a prescrição e a decadência;

<sup>2</sup> Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

<sup>3</sup> STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

## Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

a seguir.

### Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

Ano	Dív	Sub	Parc	Vencimento	Valor	Correção	Juros	Multa	Desconto	Total	Situação
1995	1	0	1	05/04/1995	35,07	75,42	398,86	2,21	0,00	511,56	NO.DA
1997	1	0	1	14/02/1997	49,12	64,17	382,92	2,27	0,00	498,48	NO.DA
1998	1	0	1	10/02/1998	53,18	58,10	362,80	2,23	0,00	476,31	NO.DA
1999	1	0	1	08/01/1999	53,18	51,24	328,94	2,09	0,00	435,45	NO.DA
2000	1	0	1	21/01/2000	61,90	53,04	348,29	2,28	0,00	465,51	NO.DA
2001	1	0	1	09/02/2001	61,90	50,54	326,08	2,25	0,00	440,77	NO.DA
2002	1	0	1	10/04/2002	82,09	63,09	400,69	2,91	0,00	548,78	NO.DA
2003	1	0	1	15/08/2003	86,04	58,20	373,58	2,89	0,00	520,71	NO.DA
2004	1	0	1	15/04/2004	86,04	55,67	355,66	2,84	0,00	500,21	NO.DA

De forma imprescindível, a contribuinte apresentou a via original da Certidão emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 02/12/22, a qual atesta de NADA CONSTAR, pois foram verificadas e identificado que não constam as dívidas para o período objeto deste requerimento.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE<sup>5</sup> o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

Fábio Biancardi Baldini  
Diretor do Departamento de Tributação

Ione Elisabeth Alves Abib  
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Andirá

<sup>4</sup> II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)

<sup>5</sup> “...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco...” Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.